

Proposta para mudar acordo surpreende banqueiros

RÉGIS NESTROVSKI

Especial para O GLOBO

NOVA YORK — Os banqueiros americanos estão surpresos com a decisão brasileira de propor a alteração de quatro pontos no acordo de renegociação da dívida externa, acertado com os bancos credores, em fevereiro passado, pelo Governo Figueiredo. Segundo eles, alguns aspectos estão praticamente resolvidos e outros poderão ser acertados depois que o Brasil chegar a um entendimento com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

— Quanto à questão do dinheiro novo e do spread (taxa de risco), está tudo acertado. Basicamente, o Brasil terá o mesmo spread que o México teve: 1,125 por cento acima da Libor (taxa londrina do eurodólar). Em relação ao dinheiro novo, ficou subentendido que o País não precisa de mais créditos este ano. Mas isso não impede que, em 86, 87 ou 88, tenhamos que fazer novos empréstimos ao Brasil ou que ocorram créditos voluntários — disse ao GLOBO um banqueiro americano.

Os pontos de atrito são técnicos, segundo a fonte. A monitoração do FMI sobre o desempenho da economia brasileira até o ano 2000 também pode ser acertada com os bancos regionais, defensores da medida para garantir a segurança de seu dinheiro. Outro problema é o do reempréstimo (relending) de recursos a empresas brasileiras pelos bancos

credores internacionais. Esta questão — explica a fonte — está ligada às exigências da lei bancária americana, que proíbe os bancos de terem mais de dez por cento de seu capital emprestado ao governo de determinado país. Para contornar este problema, os credores repassam o dinheiro às empresas. (O Governo brasileiro reclama que nesta operação de repasse os bancos também cobram comissões, o que contraria o combinado).

— A monitoração do FMI deve durar pelo menos durante o período de carência nos pagamentos da dívida e depois os bancos é que deveriam ter o controle desse acompanhamento da economia. Mas creio que conversando e sabendo das posições que o senhor Lemgruber tem manifestado nas reuniões com os bancos credores nossas diferenças serão discutidas e poderemos chegar a um consenso — concluiu o banqueiro.

Muitos credores estão confusos nos Estados Unidos com a onda de notícias sobre um endurecimento da posição brasileira nas negociações. Mas a conclusão é a de que, com o saldo de caixa deixado pelo Governo Figueiredo e o superávit comercial esperado para este ano, o Brasil deverá pagar os juros em dia. E é isso o que interessa aos banqueiros. Apesar disso, voltam a insistir que não prorrogarão, pela quarta vez após 31 de agosto, o acordo feito com o Governo para o pagamento apenas dos juros e a rolagem das amortizações da dívida.